

ESCOLARIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: PROBLEMATIZANDO A CIDADANIA E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE ESCOLAR

Juliana de Favere

Resumo

O artigo é um recorte de uma pesquisa concluída e traz indícios para uma pesquisa em nível de doutorado. As problemáticas referem-se as inquietações frente às modulações naturalizadas e legitimadas que perpassam a escolarização e a cidadania. A instituição escolar passou/passa por diversas reformas em que são enfatizados novos conteúdos programáticos, mudanças na estrutura física, relação entre escolares e tensões curriculares. A pesquisa questionou-se: Como a cidadania torna-se objetivo da escolarização e da sociedade? Visando dar conta do questionamento, o objetivo da pesquisa foi problematizar a cidadania que atua na constituição da subjetividade escolarizada cidadã a partir das ferramentas metodológicas e conceituais de Foucault. Para problematizar a subjetividade escolarizada perpassou-se por pesquisa conceitual e recortes discursivos do site Todos pela Educação, investigando a disseminação e os efeitos de subjetividade da cidadania. O caminho percorrido trouxe indicativos: (i) a subjetividade escolarizada cidadã está constituída no aluno, no professor, no gestor, no pai, na merendeira, no vigia, no psicólogo, na sociedade. A escolarização ultrapassou os ‘muros’ da escola; (ii) nas relações de poder e constituição de subjetividades há sujeições, mas também resistências.

Palavras-chave: cidadania, escola, subjetividade escolar.

PROBLEMATIZAÇÃO INICIAL

Paredes, cadeiras, carteiras, quadro-negro, muitas vezes, relógios, trabalhos expostos na parede marcam um espaço institucional. Alunos, professores, equipe pedagógica especializada. Um ambiente propício à escolarização. Indivíduos ordenados, aglomerados para compor a instituição: escola!

A escola nos constitui alunos, professores, diretores, pais. Constitui subjetividades escolarizadas!

As instituições discutem e ensaiam modificações condizentes com o perfil da sociedade contemporânea, e na escola não é diferente. Outras aprendizagens são requisitadas na escolarização, na qual o currículo e a formação docente e discente precisam adequar-se.

Na atualidade a subjetividade escolarizada já não é marcada por uma identidade única ou modelo, mas modulada por diversidades, múltiplas identidades. Com a emergência do

discurso de cidadania, na sociedade e na escola, os escolares são estimulados a aprender a ser cidadão, responsável, democrático, participativo, tolerante...

Tornamo-nos escolarizados; escolares constituídos de subjetivações moduladas que acompanham o movimento da vida, da globalização... Escolares para a (na) vida.

A pesquisa problematizou a cidadania na produção da subjetividade escolarizada na contemporaneidade, presentes na materialidade do ser aluno, como também, no ser professor, ser especialista da educação, ser trabalhador na contemporaneidade. Perguntou-se: de que forma subjetividades escolarizadas são criadas em cada criança, mas também no modo de ser de cada pai, de cada professor, gestor, psicopedagogo, merendeira, vigia, psicólogo, médico, trabalhador em geral. Investigou-se, igualmente, os efeitos da cidadania nas modulações da subjetividade escolarizada.

O objeto de estudo foi a subjetividade escolarizada cidadã. Utilizando as ferramentas conceituais de Foucault que problematiza “de que maneira as formas de relação consigo foram definidas, modificadas, reelaboradas e diversificadas (FOUCAULT, 2007, p. 31), percorreu-se sobre o modo como a subjetividade escolarizada se definiu, se manteve e/ou se transformou na relação consigo e com os outros.

Com o objetivo de problematizar os modos de subjetivação, em específico da subjetividade escolarizada, esta pesquisa percorreu por problematizações de como os indivíduos incorporam certos modos de ser, pensar e agir, através de estratégias e dispositivos de sujeição e subjetivação na escolarização. As questões norteadoras foram: *Como a cidadania atua nos modos de subjetivação escolar? Como a sujeição escolar se amplia, de estratégias disciplinares ao discurso de cidadania? Como é possível que verdades referentes ao cidadão democrático transitem no ideário dos escolares?*

Práticas e discursos circulam como verdadeiras ou legítimas, muitas vezes sem se problematizar ou questionar seu aparecimento, sua instauração ou sobre as relações de poder contidos nesses discursos, assim como, quais interesses ou práticas autoritárias são dissimuladas na cidadania.

A pesquisa discorre a partir de análise conceitual, a partir de um ensaio teórico, e recortes dos discursos do site não governamental “Todos pela Educação” com a intenção de dar visibilidade aos investimentos na produção do cidadão escolar. Os dados empíricos

selecionados são apresentados como uma amostra para exemplificar o efeito produzido e generalizado dos dispositivos de poder-verdade.

Deste modo, perquiriu-se pelas tecnologias da constituição da subjetividade escolarizada, atuantes na formação do escolarizado, ou seja, no aluno, nos professores, na equipe pedagógica, nos empresários, nos jornalistas, enfim, todos os envolvidos com a educação escolar.

ESCOLARIZAÇÃO E DISPOSITIVOS DE CONTROLE

“Os treináveis somos os que passamos pelas escolas”¹

Até a primeira metade do século XX, discursos e práticas escolares pautavam-se quase exclusivamente na disciplina, na obediência, na repetição. Regimentos internos, cartilhas escolares, documentos, relatos e biografias daquele tempo são caracterizados pelo regime disciplinar. O regime disciplinar constituiu-se com amplo aparato de tecnologias que pretendiam silenciar o aluno, tornando-o obediente, dócil, produtivo, validando, através do discurso do professor, a lógica da sujeição. A escolarização era, e ainda é, marcada por um tempo de disciplina, sujeição, obrigações, privilégio de discursos, saberes selecionados e exigências necessárias para a época.

As práticas de sujeição e disciplina ainda permanecem na contemporaneidade, mas reconfiguradas, como na saúde – métodos de controle sobre o paciente são implantados para facilitar o atendimento -, no modo dos indivíduos se relacionarem entre si e com as informações – a distância não é um limitador com o surgimento do ciberespaço -, no trabalho – mais flexibilidade, investimentos em projetos sociais, ambientais com respaldo em propostas de responsabilidade social e sustentabilidade -, na mídia – interatividade, presença de temas atuais e polêmicos -, na relação com o dinheiro – compras a prazo e parceladas, aquisição e venda de ações -, na escolarização – aulas participativas, ensino a distância, fóruns e palestras na internet, eventos ministrados e presenciados no mundo virtual de avatares -, enfim, no modo de vestir, falar, morar, protestar. A informação circula de forma mais dinâmica e veloz em jornais, boletins, revistas virtuais de diferentes áreas, emails, notícias mundiais instantâneas. A partir do final do século XX “o movimento da informação ganhava

¹ Corrêa, 2006, p. 160.

velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos [...] tornando a informação instantaneamente disponível em todo o planeta” (BAUMAN, 1999, p. 22).

Com a multiplicidade de informação há condição de possibilidades de uma nova cultura produzida no ciberespaço, caracterizado como um novo meio de comunicação que interliga a rede mundial dos computadores (LEVY, 2011). Por um lado, o ciberespaço pode ampliar as possibilidades de comunicação e informação e possibilitar que técnicas, práticas e modos de ser e agir se constituam. Por outro, enquanto uns se tornam ‘globais’, navegando no ciberespaço e acompanhando o movimento da globalização, outros se fixam na localidade, o que torna ainda mais evidente a exclusão social, econômica e cultural (BAUMAN, 1999).

Diferentemente da noção de modelo ou forma estanque do confinamento, os dispositivos de controle atuam por modulações da subjetividade. Troca-se o molde pela modulação; “os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma modelagem auto deformante que mudasse continuamente” (DELEUZE, 2008, p. 221).

O termo Sociedade de Controle, utilizado inicialmente por Deleuze (2008), traz em seu teor a ideia de um controle em expansão. A necessidade de vigilância, punição e avaliação sob o indivíduo permanece, mas os controles são alargados e as estratégias são modificadas e atuam nos fluxos em diferentes momentos da vida: no trabalho, no estudo, na saúde, no relacionamento, no convívio com os demais, nas redes sociais, nos emails, na rua, no shopping, no domicílio, no trânsito.

Na escola, a combinação de corpos obedientes e úteis, alinhados em séries cronológicas, produziu, por muito tempo, uma força coletiva disciplinada, que faziam a maquinaria escolar ser eficiente, na qual se aumentavam as forças produtoras e diminuía as forças políticas coletivas (BELTRÃO, 2000). Tal desempenho escolar produzia a subjetividade escolarizada, com modos de agir e atuar de acordo com as estratégias do momento.

Com as mudanças introduzidas na escolarização, as estratégias disciplinares não foram abandonadas na escola. O que se percebe, atualmente, é o surgimento de dispositivos reatualizados. Desse modo há o aperfeiçoamento nos dispositivos de saber-poder, com conseqüente influência nos efeitos de subjetividade escolarizada que vem acompanhando as mudanças mundiais de globalização e a condição de possibilidade de uma cultura digital.

Na contemporaneidade, caracterizada também como a era da globalização ou ainda sociedade da informação, cada vez mais crises e mudanças aparecem na educação escolar e em todos os setores da sociedade. Com ela, adaptações e reprogramações foram necessárias na forma de lidar com os indivíduos e a escolarização. Sobre essa readequação contínua, diz

Corrêa: “se à crise constante da escola se oferece como solução a própria escola – reformada, renovada, democratizada – é sinal de que a escola não é problema. Não há aí problematização, mas rearticulação, reajustamento do dispositivo, portanto manutenção da sua função estratégica” (2006, p. 173).

Concomitante à reatualização dos dispositivos, apareceram, disseminaram-se e se legitimaram novas discursividades. Uma das discursividades que se pode indicar, e aqui investigada, é a cidadania.

As condições de surgimento para o discurso da cidadania, ao que se percebe no desenrolar da história, estão associadas às mudanças na sensibilidade social e aos autoritarismos. Estes foram forçados a mudar sua aparência, ajustar-se às práticas democráticas e participativas, envolver os indivíduos, estimulá-los a se engajarem nos projetos sociais (presenciais e virtuais) que, via de regra, vem prontos, oriundos de organismos internacionais da globalização do capitalismo. A cidadania que se privilegia nas atuais práticas tem contornos delineados de acordo com a convocação ao engajamento e à participação nos projetos internacionais, ou mesmo locais. O discurso que se dissemina no meio social tem efeitos sobre o modo da subjetividade. Produz-se certo modo de ser cidadão em geral e de ser cidadão escolar.

A cidadania não é uma palavra recente. Mas o modo como é incentivada, a partir dos anos 80 no Brasil, é específico e distante do termo utilizado em tempos heróicos, como na Grécia. A cidadania, para os gregos, era representada por um engajamento político (CANIVEZ, 1999). Na contemporaneidade, ela faz os indivíduos lembrarem que pertencem a um Estado, que têm direitos e deveres e que alguns requisitos são importantes na formação cidadã.

Com as necessidades, os investimentos e as discussões do momento, criam-se movimentos sociais, regulamentações que contribuem para a disseminação dessas práticas e desses discursos.

Os efeitos do dispositivo de saber-poder da cidadania podem ser verificados em documentos como a Constituição Federal de 1988, intitulada Constituição Cidadã, e a LDB n. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Tais documentos são resultado desse movimento, no qual se enfatiza o cidadão, constituído sobre a noção de direitos e deveres. No bojo da noção de direitos e deveres aparece o direito (dever, obrigação) à escolarização. A educação escolar, instituída, naturalizada e vista como um bem para toda a sociedade, além de estar em práticas discursivas é firmada em regulamentações.

Com a necessidade e a exigência da escolarização, além da ampliação das discursividades sobre a mesma, a escola se expande. A subjetividade escolar torna-se mais maleável, ou seja, criam-se diversos espaços de ensino-aprendizagem, não se limitando ao ambiente escolar formal. Assim, em diversos setores, surge a possibilidade de haver “escola em qualquer lugar e pra todas as atividades” (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 98).

FLUXOS DE CIDADANIA EM MOVIMENTOS DA SOCIEDADE

Junto à disciplina, a cidadania também possui uma função estratégica e almeja um tipo de subjetividade. Os dispositivos contemporâneos são baseados em relações de saber-poder de autorização, consumo e investimento através de discursos e práticas que atuam em diferentes espaços sociais e sobre os indivíduos.

A partir de práticas e discursos legitimados, leis, diretrizes, parâmetros, reuniões, projetos, espaços virtuais são inventados e atuam no sentido de disseminar ou fazer circular um conjunto discursivo. O conjunto discursivo atua no sentido de tornar necessárias e desejadas, em todos os envolvidos e engajados, as mudanças da sociedade.

Os desejos, em nosso momento histórico, possuem influência da cidadania, com o cabedal de direitos e deveres embutidos nesses discursos, em nome de investimentos na melhoria da vida, através da escolarização. Conforme o Portal Brasil, ser cidadão é ser reconhecido, ter documentação legal, ser consumidor e ter direitos e deveres. Investe-se, assim, no cidadão de direitos e deveres, pois “é seguindo regras e leis que se faz um bom cidadão” (PASSETTI; AUGUSTO, p. 80-1).

O tema cidadania, que está presente em movimentos sociais e em documentos oficiais, faz da escolarização um direito e dever, pois é através dela que se aprende a ler, a escrever, aprendem-se os conteúdos curriculares legitimados, cumprem-se os exames internos das instituições e avaliações nacionais, além de aprender a ser um cidadão, com direitos e deveres. Todos esses aprendizados estão imbricados entre si e compõem a subjetividade escolarizada na contemporaneidade, apoiados na relação escolarização-cidadania.

A cidadania, aqui, não é um problema da sociedade, nem um modo de viver que deve ser aniquilado e substituído por outro. O que se quer é problematizar os efeitos de subjetividade que os atuais discursos e práticas de cidadania produzem sobre a subjetividade escolarizada.

Com o enfoque na modulação da *subjetividade escolarizada cidadã* e nos processos de legitimação percorreu-se pelos fluxos de cidadania no site Todos pela Educação (TPE).

O tema da cidadania está presente em documentos oficiais de diferentes níveis, em debates de diversas áreas e é objeto de discussão em diferentes mídias. O conceito aparece tanto entre teóricos como entre jornalistas ou em conversas informais. Um exemplo está em um jornal virtual que escreve sobre o que é ser cidadão: *é ter direitos e deveres, é assumir as suas liberdades e responsabilidades no seio de uma comunidade democrática, justa, equitativa, solidária e intercultural [...] fundamentados em valores e princípios éticos, que requalifiquem a democracia com cidadãos participativos e comprometidos*².

Uma amostra do movimento atual no âmbito educacional se encontra em propagandas midiáticas da televisão, nas quais atores *globais* incentivam todos a participar da educação. Em seu modo de contribuir, atores relatam como viveram seu tempo de escola e como, atualmente, colaboram com a educação de seus filhos. Incluem em seus discursos a importância da prática da cidadania por meio da participação e colaboração de cada um e de todos. É nesta mesma mídia televisiva que se apresenta o slogan: *Cidadania. A gente vê por aqui*³.

Na mídia televisiva e cibernética também é possível elucidar práticas discursivas, como no site *todos pela educação* (TPE) que reafirmam a mobilização para a cidadania.

O movimento TPE foi criado em 2006 e é financiado exclusivamente pela iniciativa privada, que congrega sociedade civil, educadores e gestores públicos. No dia 11 de novembro de 2009 foi lançada uma campanha de mobilização com o intuito de movimentar todos - Eu, Você, Todos Pela Educação. Essa ação visa envolver todas as pessoas para um importante objetivo: garantir educação de qualidade para todos.

No site – *todos pela educação* - há vídeos e frases de incentivo de atores, enquete sobre a participação dos indivíduos na educação do seu filho, chamadas aos cidadãos para participar e colaborar com a educação, por meio de metas a serem alcançadas até 2022. Como Meta 1. *Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola*, Meta 3. *Todo aluno com aprendizado adequado à sua série*. Além das metas, a mobilização pretende fomentar o debate e promover o envolvimento e a responsabilização de todos, setores sociais e cidadãos, pois *Vencer o desafio educacional brasileiro passa pelo compromisso e pela ação de todos e de cada um*. Conforme o site, é preciso saber que *Você tem um papel fundamental nesta mobilização!*

² Trecho do artigo “Ser cidadão em tempos difíceis”, do jornal “A página da Educação”, citado no blog <http://aprendemos-mikasmil.blogspot.com>.

³ Propaganda midiática da Rede Globo de comunicação.

Contribua para a melhoria da qualidade da Educação do seu bairro, da sua cidade, do seu estado e do seu país. Conte neste Blog as suas experiências e motive mais pessoas para 'embarcarem' nesse movimento! (JOHANNPETER, 2010).

Há também recomendações de como melhorar a Educação brasileira. As dicas estão direcionadas para alunos, educadores, pais e responsáveis, empresa, cidadãos, gestores públicos, organizações sociais, denominações religiosas e veículos de comunicação.

O movimento pretende atuar sobre o desejo de cada um em ser um cidadão escolar. Ele produz a sensação da escolarização como um bem para todos, uma melhoria para o futuro, pois o *Futuro depende das crianças, o futuro das crianças depende da educação e o futuro da educação depende de cada um de nós* (JOHANNPETER, 2010).

O modo como se convocam os indivíduos a participarem de ações sociais é baseada numa prática de cidadania. A maneira que se pratica a cidadania tem um modo específico e subjetivo na contemporaneidade. Este modo de ser cidadão está disseminado nas práticas discursivas e nas práticas sociais.

PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE ESCOLARIZADA CIDADÃ

A problematização, neste subitem, não nega a importância da cidadania, muito menos propõe uma melhor forma de ser cidadão. A pretensão é no sentido de recorrer à genealogia para tentar entender que estratégias de saber-poder atuam na ideia de cidadania. Além disso, busca-se verificar quais mecanismos de sujeição afirmam-se como necessários e verdadeiros no tempo presente.

Conforme esta pesquisa, a cidadania produz efeitos de modulação sobre a subjetividade escolarizada almejando uma formação preocupada com um determinado tipo de indivíduo para um determinado tipo de sociedade. Problematizou-se, assim, as discursividades de cidadania na sociedade para perceber o modo como a cidadania atua na governamentalidade, como ela investe nas estratégias reatualizadas de controle sobre a população, produzindo a sensação de responsabilidade e colaboração.

A escola contemporânea passa por modulações da pedagogia do controle (CÉSAR, 2009), que possibilita a entrada de novos temas e problemas, como os discursos da cidadania. Atualmente, o ideário de indivíduo é: cidadão democrático; tipo de sociedade: democrática e digital; tipo de escola: escola cidadã informatizada; tipo de subjetividade escolarizada: cidadão escolar digital.

Os efeitos da subjetividade escolarizada produzem a sensação de que um indivíduo só é cidadão democrático se for participativo, digital, atuante e responsável e se estiver escolarizado, segundo o atual modo de sujeição do regime escolar. As discursividades enfatizam a importância da cidadania como um ideal e de direito para todos, sem deixar transparecer as formas de sujeição operantes no dispositivo estratégico. A subjetividade, ao ser capturada pelo dispositivo da cidadania, é modulada e sujeitada, pois submete cada um e todos a inúmeros programas e regulações.

Desse modo, o rol de ocupações e exigências do cidadão escolar aumenta. Ocupam-se constantemente professores, pesquisadores, gestores, empresários e críticos que buscam estar atuando, participando e sendo responsáveis, enfim, cumprindo com o papel do cidadão escolarizado, de acordo com as recomendações, exigências, direitos e deveres do presente momento.

Na instituição escolar os professores se ocupam cada vez mais: planejamentos de aula (diário, trimestral, anual), reuniões, projetos, orientações, formações, formulários online. Alunos: presença em aulas, participação em aulas a distância, em projetos, em atividades extra-curriculares, etc. Além disso, próxima série, próxima formação. Gestores: fazer participar, incluir, responsabilizar, democratizar, controlar. Projetos: de educação alimentar, bucal, física, ambiental, digital, etc. Não se chega a terminar algo, ou se chega, já existe outra ‘etapa’ a cumprir, nova série, ano, grau, formação, projeto, em uma escala ininterrupta de aprendizados.

As discursividades da cidadania na escolarização, além de ocupar os *cidadãos*, são percebidas também nas produções acadêmicas, debates institucionais, proposta de candidatos políticos, planos pedagógicos, propagandas midiáticas, sites educacionais, políticas públicas de diversos setores. A cidadania e a escolarização estão disseminadas na vida da sociedade ocidental e subordinadas à ordem *democrática*.

Uma das características no século XXI é estar e ser escolarizado; a passagem pela escola se amplia. Ela necessita de cada um, por períodos cada vez maiores. A exigência da escolarização como uma estratégia de sujeição funciona, se aperfeiçoa e transita em leis, propagandas e mesmo no desejo das pessoas. Os indivíduos desejam escolarizar-se (CERVI, 2010). A educação escolar é incentivada e disseminada como um investimento necessário e vantajoso.

Escolas, políticas, propostas, manifestações, campanhas, formações surgem ao longo do tempo; privilegiam-se saberes, conhecimento e habilidades. Cada vez mais os cidadãos são convocados a se escolarizar e a permanecer conectados. A escolarização faz parte da vida.

Não apenas exige-se uma formação inicial, mas também uma formação continuada e contínua que deve permanecer na vida de cada um e de toda a população. A escola “entra simultaneamente em outros tantos e neles permanece a vida toda: empresa, rede de informações, sistema de comunicação.” (PEY, 2004, p. 124-125)

A ampliação da escolarização não se limita ao aumento no número de instituições, de escolares, de especialistas, de aprendizagens, enfim, apenas localizada em expansões na instituição escolar em um espaço fechado, pois “a escola transbordou os seus muros institucionais e agora ‘escolarizou’ todas as dimensões da vida” (CÉSAR, 2004, p. 156).

Com a disseminação da subjetividade escolarizada em todos os espaços presenciais e até virtuais da sociedade, as identidades do indivíduo também são ampliadas. Na categoria adjetivada de escolar a diversidade de características pode estar, ao mesmo tempo, no indivíduo: cidadão, normal, especial, prestativo, obediente, indisciplinado, responsável, cristão, competente, participativo, intolerante, homossexual. Cada escolar encontra-se regulado por diversas identidades. As subjetividades adjetivadas são múltiplas e moduláveis. Segundo tais modulações, se aceita ou tolera as diferenças, para incluir e regular cada um e todos, apesar de diferenciar, manter a produção da subjetividade escolarizada.

Nos movimentos de inovação e reformas há sempre uma prescrição da pedagogia que propõe uma nova teoria, um método mais adequado com a intenção de sempre melhorar, ou mesmo aperfeiçoar a escolarização (CERVI, 2010). Dentre as prescrições da contemporaneidade está o exercício da cidadania. As práticas da instituição escolar estão amparadas pela cidadania. Nele se ordena cada vez mais reformas, mais intervenções, mais escolarização, mais controle, mais regulações.

Está intrínseco na subjetividade escolarizada um modo de comportamento e de conduta que funciona por um esquema didático, um modo de sujeição “pela qual o indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece ligado à obrigação de pô-la em prática” (FOUCAULT, 2007, p. 27).

Na escolarização as exigências enfatizadas incluem outras aprendizagens além das disciplinares. De acordo com Beltrão se está em “uma sociedade que exige outros tipos de habilidades, tais como liderança, capacidade de inovação, de decisão, de enfrentar desafios, de buscar o novo” (2000, p. 14).

As aprendizagens do escolarizado ultrapassam os conteúdos básicos do ensino, como ciências, matemática, geografia, português, educação física e artes. As aprendizagens privilegiam o ser cidadão e democrático. A cidadania produz efeitos que atuam no indivíduo para uma vida obediente, modulada por direitos e, principalmente, deveres.

Além dos conteúdos e da moral, essa escola procura entreter e ocupar crianças e jovens, levando-os a crer que compartilham as decisões da escola e que, com isso, estarão preparados para atuar no âmbito do governo do bairro, da prefeitura e do Estado (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 88).

Aprender a cidadania é requisito básico para o escolar, um exercício e capacidade requisitada na escola e na sociedade, pois as aptidões foram aperfeiçoadas, sofisticadas para a eficiência na contemporaneidade, em uma sociedade democrática.

De acordo com Passetti, “na sociedade de controle, se aspira à participação com responsabilidade [...] basta entrar no jogo das regras democráticas” (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 109). Portanto, na modulação da subjetividade escolarizada, na forma da aprendizagem da participação, da responsabilidade e da tolerância, promovem um envolvimento do indivíduo sob o distintivo de cidadão. Tal processo - da aprendizagem da participação e responsabilidade - se verifica tanto na instituição escolar como em toda a sociedade: nos trabalhos em grupo, na exposição da opinião, na auto-avaliação acerca de suas ações, nos comportamentos e pensamentos, nos estágios, na participação de alunos e comunidade no conselho de classe, na escolha de tema para a aula, para feiras, na elaboração de projetos e propostas por professores, na participação em congressos, seminários, simpósios, decisões democráticas, no cumprimento de deveres e burocracias, na eleição de representante de classe numa sala de aula ou eleições, desde reitores nas universidades à presidência do país, nos programas de televisão, como *reality shows*, novelas, em parcelamento e cartões de fidelidades no comércio, em conselhos, sindicatos e representações, etc. Já a aprendizagem da tolerância é disseminada pela diversidade cultural, pluralismo cultural, inclusão de diferentes identidades e sensação de liberdade. Na contemporaneidade “tolerância e disposição são indispensáveis frente a tantos desafios” (HUBER, 2004, p. 60).

O dispositivo de cidadania produz efeitos que concedem liberdade ao indivíduo “desde que dentro de certos parâmetros, estreitamente controlados” (GALLO, 2006, p. 10)⁴. Portanto, a produção da subjetividade escolarizada sacrifica a liberdade individual à modulação cidadã.

Em escolas com princípio de cidadania, ou em uma sociedade cidadã, resistências e

⁴ Ou ainda, nas legislações em sintonia com as discursividades atuais é inventado “um sistema de ALGORITMOS, dentro do qual todos os problemas estão previstos e pré-resolvidos. O aluno pode fazer o que quiser com as seguintes condições: a) ‘ano letivo de [200] dias’; b) ‘com duração de x horas’; c) ‘na seqüência serial’; d) ‘com os seguintes pré-requisitos’; e) ‘com tal carga horária’; f) ‘de acordo com a oferta da escola’; g) ‘conforme suas conveniências’; h) ‘dentre as aprovadas pelo Conselho’; [...], etc., etc., etc. (CORRÊA, 2000, p. 63).

revoltas são enfraquecidas, pois não há uma repressão visível. O sentimento das pessoas não é de sujeição, mas, ao contrário, de exercício da cidadania. Os efeitos de responsabilidade e de cidadania com direitos e deveres é resultado das próprias competências do cidadão, de suas capacidades e aptidões. César escreve que

Há uma idealização do conceito de cidadania, que será marcada pela tolerância, solidariedade participante e justo, etc., como se esses conceitos fossem valores e não princípios e práticas socialmente exercidos em situações conflitivas; ao serem escolarizados, tais valores se transformam em competências que serão adquiridas sem que haja qualquer conflito (2004, p. 154).

Nesse contexto, as prescrições nas discursividades da cidadania imobilizam, pois as ações estão reguladas e o que fazem é manter os cidadãos cumpridores de tarefas e deveres. Ao cumprir deveres e usufruir de direitos, a escola

ajusta e conecta cada criança e jovem às necessidades tecnológicas, políticas e filosóficas específicas. Fascista, socialista ou democrática, ela educa para a obediência, para formar um cidadão cumpridor de deveres tanto quanto uma rês no rebanho segue o pastor e seus cães; ela atua, segundo os momentos históricos, em função da manutenção de sua estrutura fundada na relação poder-saber (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 23-4)

O dispositivo da cidadania e seu efeito de responsabilidade pela escolarização estão ampliados na instituição escolar - nos alunos, professores, gestores – mas também em toda a sociedade - na família, empresa, mídia, nos ‘amigos da escola’, nos voluntários -, pois a responsabilidade sobre a escola passa para todos os cidadãos.

Deliberações, orientações, mídias e instituições continuam contribuindo para a produção da subjetividade, mas agora disseminam e conceituam a cidadania como ideal e indispensável para o tempo presente. As práticas discursivas indicam uma conduta desejada e regulada, nesse caso a cidadania, divulgadas e orientadas em documentos oficiais⁵, em teóricos da educação, em produções acadêmicas, em cursos de formação inicial e continuada, em falas dos profissionais da educação, em sites governamentais ou não governamentais, em propagandas, em campanhas.

A maneira como o exercício da cidadania está disseminada fortalece e contribui com as aprendizagens citadas – cidadão democrático, participativo, responsável, tolerante, cumpridor de tarefas e burocracias – e dá conta da cidadania que se pretende.

A cidadania que se tem atualmente aparece como uma forma de governo que atua

⁵ Como na LDB, nos PCN e os temas transversais, nas Diretrizes Curriculares e, desta forma, presente nos Projetos Pedagógicos e nas grades curriculares das escolas, nos materiais e livros didáticos.

nas modulações da subjetividade para produzir uma *vontade própria* comum a todos (CORRÊA, 2006). As práticas discursivas sobre a educação escolar pretendem “[...] transformar a grande variedade cultural [...] em uma só. Para isso é preciso modificar a vontade de cada um. [...] A individualização [...] não passa de mobilização para o consenso” (CORRÊA, 2006, p.110). Ser cidadão significa, então, mobilizar-se para a participação.

As práticas e discursos sobre cidadania, disseminadas na legislação da educação escolar, alimentam-se de si mesmas. Ao defenderem a garantia de gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, a inclusão da educação infantil, a inclusão dos portadores de necessidades especiais, a gestão democrática e a necessidade de outras aprendizagens, incitam o surgimento de mais discursividades sobre cidadania. Tal efeito se verifica em documentos oficiais, nacionais, estaduais e municipais, planos de ensino e projetos escolares.

Desse modo, a mobilização indicada anteriormente – pelo TPE – incentiva a importância da escolarização, como direito, a participação e a responsabilidade dos cidadãos para ocupar-se com a escolarização. Conforme Passeti e Augusto

Agora – ao buscar empreendedores, estimular criatividade, atrair segmentos de cultura popular de massa, propiciar outras atividades de corpo e intelecto [...] inteirar-se dos problemas da comunidade e integrar-se em soluções e compromissos, estimular a responsabilidade em cada um, fomentar valores de cidadania -, ela acolhe para participar na criação de uma nova escola (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 106-7).

Mesmo não estando na escola formal, num ambiente fechado, os mobilizados e envolvidos com a escolarização também estão aprendendo a ser cidadãos, bem como são escolarizados.

Os cidadãos se veem atravessados por direitos; “direitos nos quer direitos, ordeiros, ordenados, devedores e acalmados” (PASSETTI, 2003a, p. 26). Na escolarização com a aprendizagem dos direitos e deveres espera-se que os cidadãos escolares contenham as intempestividades, “ajustando-se e apreciando a ciranda dos direitos e deveres” (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 26).

Cidadania. Participação. Sujeito cidadão. Escola cidadã. Estado Democrático. Esse é o efeito produzido pelos dispositivos da ordem atual. Na sociedade em geral, bem como no sistema educativo, a subjetividade cidadã é vendida e consumida “através de fluxos de imagem, de informação, de conhecimento, de serviços que acessamos constantemente, [além de] absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividade”

(PELBART, 2003, p. 20).

Os recortes discursivos não tiveram a intenção de elucidar a verdade, mas dar visibilidades aos fluxos que perpassam a escola, as famílias, a mídia, enfim, a sociedade. Tais fluxos têm o intuito de engajar sempre mais a cada um e a todos, proporcionando-lhes a sensação da necessidade e da importância de uma sociedade democrática, de ser cidadão e, conseqüentemente, uma escola da mesma ordem. Estes fluxos investem na produção da subjetividade escolarizada pela cidadania. Portanto, os indivíduos são agenciados por estratégias de poder reatualizadas nos dispositivos de controle.

A melhoria da educação escolar é importante, isso não se nega. As discursividades e os movimentos em prol da democratização dos espaços educacionais têm seus méritos. Mas o que merece atenção são as capturas da subjetividade, os agenciamentos, as sujeições que se promovem na utilização da cidadania enquanto um dispositivo de controle. Merece atenção o modo prescritivo com que se pratica a *cidadania*, pois, ao exaltarem determinadas práticas, dificultam outras alternativas. É nesse sentido que as práticas discursivas de cidadania podem ser pensadas como estratégias de governo sobre o indivíduo, como forma de se modular o autogovernar. As práticas discursivas “prescrevem formas de gestar a vida, dentro do permitido, dentro da norma, em busca de uma sociedade democrática e da construção de um cidadão autônomo e participativo” (CERVI, 2010, p. 47).

Acredita-se e se aceita, sem problematizar, a necessidade da escola, como está posta, com importância e legitimidade da cidadania. Na instituição escolar, as práticas discursivas, mesmo ao criticarem a educação escolar, alimentam e continuam o fluxo da escolarização, pois incentivam soluções e melhorias. Pouco se problematiza a normalização, as verdades educacionais produzidas, os saberes selecionados e as relações de poder.

ESCRITOS (IN)FINITOS

Contínuas adequações, readaptações reconfiguram a escola e suas modulações. Como achar frestas, linhas de fuga, quebrar e destruir com o pensamento instituído e legitimado em cada um de nós para ser possível inventar? Não há resposta, porque não há soluções ou receitas; há inventividades singulares.

Em um momento de globalização em que a diversidade está também institucionalizada, aí está o desafio. De inventar, experimentar momentos e singularidades que escapem das capturadas ou das classificadas. E nesses fluxos *fullgás* que não cessam, pois ao

pararem logo são incluídos, é possível encontrar outras movimentações, semelhantes e distintas. Semelhantes no sentido de aproximação de indivíduos pela luta em causa: encontrar brechas para invenção, para o inesperado; distinto no sentido de possibilitar diferentes formas de individuação, na sua maneira de atuar e inventar.

Com a intenção de quebrar, ou ao menos problematizar a cidadania instituída, levada como religião na contemporaneidade, pensa-se em singularidades únicas, práticas, únicas, pois “O único não se produz por técnicas pedagógicas [...] o único se associa a outros únicos.” (CORRÊA, 2006, p. 184).

Há nas mudanças de nosso tempo, duas vertentes para pensar a educação. Vertentes de incômodos: uma com base na acomodação, que inova práticas e seleciona novos saberes para continuar a legitimar as atuais práticas e discursos sobre escolarização. E em sentido contrário, há a vertente do incomodado, que pretende não mais legitimar as atuais regulações, mas gerar movimentos de singularização das vivências.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BELTRÃO, Ierecê Rego. **Corpos doces, mentes vazias, corações frios: didática: o discurso científico do disciplinamento**. São Paulo: Imaginário. 2000.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o Cidadão?** Ensaios e textos. São Paulo: Papyrus, 1999. Coleção filosofar no presente.
- CERVI, Gicele Maria. **Política de Gestão Escolar na Sociedade de Controle**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Da Escola Disciplinar à Pedagogia do Controle**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2004.
- _____. (Des)educando corpos: volumes, comidas, desejos e a nova pedagogia alimentar. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo Veiga-Neto (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, v. 1, p. 269-279.
- CORRÊA, Guilherme. **Educação, Comunicação e Anarquia: Procedências da Sociedade de Controle no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. O que é escola? In: PEY, Maria Oly (org.). **Esboço para uma História da Escola no Brasil** – algumas reflexões libertárias. Rio de Janeiro: Achimé, 2000.
- DELEUZE, Gilles. **Conservações**. 7ª. reimp. São Paulo: Editora 34, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: O Uso dos Prazeres**. 12 ed. São Paulo: Ed. Graal, 2007. Vol. 2.

GALLO, Sílvio. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HUBER, Vera Lucia. **Cartografias das singularidades de um processo escolarizador**. Dissertação de Mestrado (UFSC). Florianópolis, 2004.

JOHANNPETER, Jorge G. (presidente). **Todos pela Educação**. Disponível em: <www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 15/mai/2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2011.

PASSETTI, Edson; AUGUSTO, Acácio. **Anarquismos & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEY, Maria Oly; BACCA, Ana Maria; SÁ, Raquel Stela de. **Nas pegadas de Foucault: apontamento para a pesquisa de instituições**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.